

O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE ADEQUAÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE LORENA/SP: UM ESTUDO DE CASO.

Andressa Silva Leal

andressasilvaleal00@gmail.com

Faculdade Canção Nova

Paulo José Espíndola

paulo__espindola@hotmail.com

Faculdade Canção Nova

Prof. Ms. Lúcio José Rangel

lucio.rangel@fcn.edu.br

Faculdade Canção Nova

Resumo

O terceiro setor tem como foco atender a camada carente da sociedade, no qual serve como auxiliar do governo para abranger os mais necessitados que contam com alguma ajuda para se manter. Neste trabalho de conclusão de curso, buscou-se enfatizar a área da educação voltada para o ensino de crianças e adolescentes com deficiência. O objetivo desta pesquisa foi analisar o impacto do terceiro setor na vida de crianças e adolescentes com deficiência da cidade de Lorena – SP. A metodologia adotada foi o estudo bibliográfico aliado ao estudo de caso, por meio de uma entrevista semiestruturada realizada presencialmente com a gestora da associação estudada onde foi possível coletar dados necessários para cumprir com a proposta do trabalho. Em suma, pode-se avaliar o quão importante é a associação na vida dos mesmos, para o desenvolvimento e principalmente para proporcionar a autonomia deles, sendo possível torna-se um indivíduo capaz de viver em sociedade. Como resultado ainda, pode apurar que a maior dificuldade da entidade consiste na captação de recursos e que a pandemia afetou significativamente os trabalhos da organização.

Palavras-chave: Terceiro Setor, Jovens e crianças, Deficiência.

Abstract

The third sector is focused on serving the needy layer of society, in which it serves as an auxiliary to the government to reach the most needy who have some help to support themselves. In this course completion work, we sought to emphasize the area of education aimed at teaching children and adolescents with disabilities. The objective of this research was to analyze the impact of the third sector in the lives of children and adolescents with disabilities in the city of Lorena – SP. The methodology adopted was the bibliographical study combined with the case study, through a semi-structured interview carried out in

person with the manager of the studied association, where it was possible to collect the necessary data to comply with the proposal of the work. In short, it is possible to assess how important the association is in their lives, for their development and mainly to provide

their autonomy, being possible to become an individual capable of living in society. As a result, it can be verified that the entity's greatest difficulty is in raising funds and that the pandemic significantly affected the organization's work.

Keywords: Third Sector. Youth and children. Disability.

1 Introdução

O terceiro setor tem papel fundamental na comunidade onde presta auxílio para a camada da sociedade que se encontra em situações precárias, onde muitos não possuem alimento ou acesso a escolas, por meio da cooperação de empresas privadas e do governo. Algumas organizações do terceiro setor realizam projetos, outras criam associações onde é possível atender um elevado número de pessoas.

As organizações do terceiro setor dependem exclusivamente de apoio e doações para sobreviver, pois não são organizações com fins lucrativos, todo e qualquer recurso que entre, ou seja, adquirido mediante projetos, doação ou patrocínio são reinvestidos na própria organização.

Muitas são as áreas de atuação das organizações do terceiro setor, porém seu objetivo é único em todas elas, o de proporcionar o bem comum por meio de ações humanizadas.

Um dos maiores públicos atendidos pelo terceiro setor para estudar, comer ou receber algum tipo de auxílio que influencia em sua formação, são as crianças e jovens. Os que possuem algum tipo de deficiência também contam com organizações do terceiro setor, que em sua maioria possuem projetos voltados unicamente para este público.

Esta pesquisa, desenvolvida a partir de um estudo de caso, tem como objetivo geral analisar as contribuições que o terceiro setor proporciona durante o processo de desenvolvimento de jovens e crianças deficientes da cidade de Lorena - SP. Bem como, os objetivos específicos norteiam em apontar os benefícios que o terceiro setor gera na qualidade de vida das crianças e adolescentes deficientes da cidade, apresentar as formas de captação de recurso que a associação utiliza para poder atuar com êxito e entender quais são as ferramentas aplicadas na adequação dos jovens e crianças deficientes da cidade de Lorena na sociedade.

O estudo foi elaborado por meio de entrevista semiestruturada, com os gestores e funcionários da organização situada na cidade de Lorena - SP, e comparando as respostas dadas. A fim de responder a seguinte pergunta: Qual a contribuição de uma associação do

terceiro setor na qualidade de vida de crianças e adolescentes com deficiências na cidade de Lorena - SP?

2 Referencial teórico

Os problemas sociais, que afetam as camadas mais carentes da sociedade, necessitam de políticas e ações públicas que visem amenizar seus impactos, contudo, tendo em vista a grande quantidade de cidadãos afetados, o governo sozinho não consegue atender a todos, momento em que precisa do auxílio das empresas do setor privado para atender o maior número de pessoas possível.

Para Luchesi (2020, p.11):

Terceiro setor é a alcunha utilizada para nomear os macros setor que engloba entidades originalmente particulares, que têm origem em membros da Sociedade Civil oferecendo bens e serviços que são de interesse público que inicialmente seriam de responsabilidade do Estado.

De acordo com Monteagudo (2018, p.164):

O terceiro setor precisa anteceder aos trabalhos do poder legislativo – se pronunciar e formar opinião – para que seus projetos sejam reconhecidos. Como representante das camadas sociais mais necessitadas, este setor é de grande importância para a sociedade que reconhece esta união como forma de defender uma política socioeconômica justa com sustentabilidade econômica e com objetivos claros.

Nas palavras de Andrade e Veloso (2017), o terceiro setor não foi elaborado pelo Estado, mas, mesmo assim, há uma construção política na sua história que vem determinando os vários tipos de organizações paraestatais.

Vale lembrar que não são organizações que fazem oposição ao Estado, mesmo que ele não seja neutro aos desejos e vontades das classes sociais, mas os membros que nelas estão inseridos buscam por parcerias, ou seja, uma articulação com instituições do terceiro setor.

As ideias explanadas por Luchesi (2020), Monteagudo (2018) e Andrade e Veloso (2017) anteriormente se complementam, pois conceituam o termo terceiro setor como sendo uma repartição da sociedade que atende aos mais necessitados, tendo como apoio para executar suas atividades o auxílio do governo e das empresas do setor privado, cujo o objetivo é obter lucros e maximiza-lo através de sua expansão no mercado, diferente das organizações do terceiro setor que possuem como regra de existência a impossibilidade de acúmulo de renda, sendo que todo e qualquer lucro deve ser distribuído conforme as partes e reinvestido na própria organização.

O terceiro setor, com base nas palavras anteriormente citadas por Andrade e Veloso (2017), não pertence ao governo, contudo se faz muito presente diante dos serviços prestados pelas organizações e ajuda financeiramente com o objetivo de garantir a sobrevivência das mesmas. Conhecido também como organização paraestatal, devido sua função ser complementar às atividades públicas.

Para Luchesi (2020), o terceiro setor é uma denominação dada para as organizações que realizam atividades voltadas para o interesse público, ou seja, em prol do bem comum. Como já exposto, tem como objetivo realizar ações que auxiliem a camada mais carente da sociedade, busca amenizar problemas públicos que deveriam ser sanados pelo próprio governo, porém diante da imensa demanda de pessoas para atender e a escassez de recursos, não consegue alcançar a todos como é esperado pela população, logo o primeiro setor conta com o auxílio do terceiro setor para alcançar e atender as necessidades dessas pessoas.

Em um contexto histórico podemos encontrar vários autores escrevendo sobre o assunto, mas para o nosso trabalho o que o autor a seguir nos diz, convém melhor com o nosso tema.

Para Albuquerque (2006), a expressão “terceiro setor” é uma tradução do termo em inglês *third sector*, que começou a ser utilizada inicialmente na década de 1970, nos Estados Unidos da América, para designar as organizações sem fins lucrativos que prestavam serviços públicos e na década seguinte, a expressão “setor não lucrativo” (*nonprofit sector*), passou a ser mais utilizada no país.

A definição da palavra está cheia de individualismo que caracteriza o seu regime político e cultural, no qual o seu movimento dominante seja, de preferência, da sociedade em relação ao Estado. O associativismo e o voluntarismo estão sendo fortemente enraizados na cultura e o termo *nonprofit sector* envolve uma grande gama de organizações locais e religiosas que se voltam para a prestação de serviços comunitários, a autoajuda e a defesa de interesse social.

De acordo com Albuquerque (2006, p.18):

No Brasil e na América Latina, também se utiliza a expressão “sociedade civil”. Esse conceito tem origem no século XVIII. Na época, designava um plano intermediário entre o Estado e a natureza pré-social, e inicialmente incluía as organizações particulares que interagem na sociedade - inclusive as empresas e seus negócios - limitadas pelos sistemas legais nacionais.

Segundo Tachizawa (2014, p.18):

A mídia divulga informações que evidenciam que o Estado se tem mostrado impotente para atender a demandas, principalmente na área social, da população brasileira. Esse fenômeno, que não é recente no cenário

socioeconômico brasileiro, passa a ter maior ressonância para a sociedade, principalmente, a partir da Constituição de 1988 (que privilegia a discussão sobre a cidadania). É nesse contexto que surge o terceiro setor como um mercado social formado pelas ONGs e outras organizações congêneres.

Diante do exposto pelos autores, afirma-se que o terceiro setor teve seu surgimento por conta da grande dificuldade que o Estado tinha em auxiliar a população, sua demanda era grande demais para que só um elemento conseguisse abrange-la. O cenário culminou na criação das organizações sem fins lucrativos, que buscam o bem comum, prestando auxílio aos necessitados por meio das doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas e pelo governo.

Depois de uma contextualização histórica sobre o terceiro setor, podemos encontrar algumas características que destacam tanto do primeiro quanto do segundo setor.

Para Luchesi (2020, p.11):

Pode-se depreender então que o terceiro setor não é público nem privado, no sentido convencional destas denominações. Contudo, guarda uma simbiose com ambos, uma vez que sua identidade provém da finalidade de um com a origem e forma de agir do outro.

Segundo Borges, Miranda e Júnior (2007), as fundações estão sendo destaque entre os agentes sociais e políticos desde o século XX onde já se insere os problemas diários da vida das pessoas, o que inclui as necessidades básicas de saúde, educação, cultura, lazer e esporte.

Segundo os dados apresentados por Loschpe (2004), o ministério do trabalho, em 1991, no início do crescimento do terceiro setor registrou cerca de 200 mil organizações sem fins lucrativos no Brasil, que empregavam mais de 1 milhão de pessoas e o aponta como a maior categoria de geração de empregos no país.

Os dados de pesquisa realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2007), mostram que houve um aumento, em comparação com a pesquisa anterior, de 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos, passando a empregar um total de 1,5 milhão de pessoas, com 17,5 bilhões de benefícios pagos neste ano.

Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE (2010), a FASFIL (Fundações Associações Sem Fins Lucrativos) analisou que entre os anos de 2006 a 2010 houve um crescimento de 8,8% das FASFIL no Brasil, passando de 267,3 mil para 290,7 mil entidades no período. Nesse sentido, leciona Luchesi, (2020, p.11):

No Brasil o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) faz, por meio do site Mapa das Organizações da Sociedade Civil, trabalho similar de compilação de dados sobre o terceiro setor no Brasil. Segundo o Mapa, o Brasil conta com aproximadamente 780 mil organizações, com pouco mais

de 2,5 milhões de empregos formais, compondo cerca de 3% da força de trabalho.

A história do terceiro setor tem passado por várias fases e mudanças desde da sua constituição, sendo influenciada tanto pela política quanto pela religião e com o tempo foi ganhando a sua própria identidade.

Com essas influências, o terceiro setor se tornou o que conhecemos hoje, principalmente nas ações oferecidas por elas, com isso vem ganhando cada vez mais destaque e recebe ajuda tanto por doações feitas por pessoas e empresas, quanto por verbas que o próprio Estado oferece a elas.

Mesmo assim, o maior problema no terceiro setor é a grande quantidade de pessoas na população das cidades que precisam de ajuda, às quais não possuem condições de se sustentarem e a seus dependentes por diversos motivos, entre eles, o alto índice de desemprego. Mesmo que em certas vezes o Estado tenha as suas divergências com o terceiro setor, eles acabam se complementando para dar auxílio aos que precisam.

O terceiro setor, constituído por organizações não governamentais, evoluiu com a finalidade de suprir as necessidades que o estado muitas vezes não consegue atender por se tratar de situações extremas e delicadas na diversidade da demanda da sociedade.

De acordo com Luchesi (2020, p.16):

As Organizações Não Governamentais são encontradas no Brasil com diversas nomenclaturas, entre estas: ONGs (Organização Não Governamental), Instituto, Entidade, Instituição, Organização Social (OS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Organização da Sociedade Civil (OSC), Entidades Filantrópicas, Organizações Religiosas e outras mais.

O ambiente do terceiro setor é composto por muitas entidades, como as que foram apresentadas pelo Luchesi (2020) anteriormente, cada uma cuida de situações distintas e possuem formas de atuação diferentes entre si, por exemplo, umas são voltadas para questões sociais das mulheres, outras para criação de projetos educativos, arrecadação de alimentos, enfim, existem inúmeras formas de atuação dessas organizações.

Contudo, todas possuem o mesmo objetivo que é atender a população carente da sociedade e proporcionar o bem comum tendo como base para isso o auxílio de pessoas e empresas do segundo setor e do primeiro setor que é composto pelo governo, como já foi apresentado por outros autores ao início deste projeto.

Como o foco desta pesquisa são as crianças e os jovens com deficiência, serão abordados elementos referentes aos mesmos. Segundo dados coletados pelo censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, só no Brasil existem cerca de 45,6

milhões de pessoas com alguma deficiência, sendo que 3,5 milhões são crianças, este é um número relativamente alto.

Nesse viés, são necessárias várias medidas para que essas crianças sejam bem acolhidas pela sociedade ou pelo menos que consigam viver normalmente, na medida do possível. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) (2019) no mundo uma a cada dez crianças é deficiente, totalizando entre crianças, jovens e adultos existem cerca de 1 bilhão de pessoas com alguma necessidade especial.

As pessoas com deficiência possuem certas limitações, o que pode levar a algumas situações desconfortáveis ou mesmo um certo preconceito vindo da sociedade. Nesse sentido, Souza (2014, p. 25) afirma que: “ao lançarmos um rápido olhar na história da humanidade, vamos encontrar diferentes formas de conviver com as pessoas com deficiência. São atitudes que vão do total descaso até ao fato de considerá-las dotadas de poderes sobrenaturais”.

A sociedade trata a deficiência com aspecto de dó, como se a pessoa com deficiência não pudesse viver normalmente como qualquer outro ser humano, essa não é uma forma adequada de lidar com essa situação. Muitas vezes a pessoa só quer ser tratada com naturalidade, sem que se enalteça as suas limitações ou que as trate como um problema.

Souza (2014, p. 27) complementa:

[...] É fato que os diferentes tipos de deficiência existentes no presente, também constituíam o cenário das sociedades primitivas. Devido às atividades diárias, não é difícil imaginar que alguns componentes das tribos pudessem sofrer amputações, tornarem-se cegos, surdos, juntamente com os defeitos de nascimentos. Todos esses componentes, integravam um leque de características necessárias ao modo de proceder com o indivíduo com deficiência, derivando as mais variadas atitudes, sejam elas de aceitação ou abandono.

De acordo com Schimiguel, Rocha e Junior (2013, p. 6):

No ano de 2.000, foi criada a Comissão de Apoio Acadêmico aos Portadores de Necessidades Especiais, atendendo ao dispositivo legal do Ministério da Educação – portaria nº 1679, de 2 de dezembro de 1999, Art. 1º – assegurando ao aluno com necessidades educacionais especiais, condições de acesso ao ensino superior, mobilidade e possibilidade de utilização dos equipamentos e instalações de ensino.

Segundo os autores Crispim e Veronese (2020, p. 12):

Reconhecendo as crianças com deficiência como sujeitos de direitos em condição peculiar de pessoas em desenvolvimento e, como tal, detentoras de proteção integral e de prioridade absoluta, a Doutrina de Proteção Integral deixa claro que é dever da família, da sociedade e do Estado à efetivação de todos os direitos destinados a esse público e, dentre estes, o

direito à inclusão social e escolar. [...] Necessidade de se demonstrar que a inclusão é o caminho para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Os autores Crispim e Veronese (2020), também relatam sobre a existência de uma Doutrina da Proteção Integral que se trata de uma Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada na Resolução N°45/25 da Assembleia Geral da Nações Unidas em 1989, que contempla a inclusão dessas crianças com deficiência na sociedade onde é exigido o respeito para com essa criança que possuem suas limitações, mas, também possuem seu direito de viver em sociedade e serem respeitados.

Monteagudo (2018) diz que uma das características principais do terceiro setor é a maneira como ele se conecta fortemente aos direitos e interesses dos membros da sociedade civil, abraçando suas causas como se fossem de seu interesse pessoal, nele são criadas formas de agir em prol da comunidade a fim de assegurar o bem estar público por meio de ações voluntárias, doações, projetos ou outras ações que buscam solucionar ou mesmo amenizar os impactos sofridos pela camada desprovida de condições básicas para viver.

Para Monteagudo (2018, p.142):

O predomínio do poder econômico sobre o social afeta a organização política, pois não estão sabendo lidar com o crescimento exponencial do terceiro setor, representado por organizações sociais, organizações não governamentais - ONGs, Fórum Social Mundial, encontros solidários, reuniões, etc., que com o apoio da direita e da esquerda, garantiram seu fortalecimento. Não se deve permitir esse tipo de interferência do capital sob o social, pois sabemos que a ajuda aos excluídos socialmente vem através de educação, trabalho e de ações sociais colaborando com a solidariedade social. O maior problema é a luta contra o monopólio, a desigualdade social, a concentração de renda, a falta de educação, o desemprego, pois continuam sem interesse político de dar solução.

Conforme ensina Caeiro (2008, p. 63):

A crise do Estado, providência o redimensionamento da economia social. Da contribuição dos movimentos referidos e pelo desenvolvimento e crescimento dos movimentos cooperativo, associativo e mutualista, a economia social volta de novo a adquirir dimensão e importância. Assiste-se ao desenvolvimento de apoios financeiros à economia social e às suas organizações, a um aumento do emprego e ao desenvolvimento de associações locais e de cooperativas dos mais variados tipos. Ligado a esse movimento, surge também a tentativa de promoção da inclusão social, quer pelo emprego quer pela constituição de associações de âmbito social.

Como retratado por Monteagudo (2018) e Caeiro (2008) o maior problema enfrentado pelo terceiro setor não é sobre questões financeiras e sim em relação às desigualdades sociais, que são muito difíceis de serem solucionadas, trata-se de reeducar

uma extensa camada da sociedade, tentar penetrar no pensamento dessas pessoas para mostrar que o preconceito não é algo positivo, que a indiferença com o próximo não agrega em nada para a evolução da sociedade.

Nas palavras de Violin (2010, p. 146), podemos separar o terceiro setor também em entidades de benefício mútuo:

Benefício mútuo (também denominadas de favorecimento, de ajuda/fins mútuos, de cunho associativo, de autoajuda); que se dirigem apenas para seus associados, de natureza endógena, de interesse coletivos, mas não públicos.

E na que estamos trabalhando, que é a de benefício público:

Benefício público (de fins comunitários, de solidariedade social, de cunho social, de interesse público): que alcançam o público em geral, de natureza exógena, de interesses não apenas coletivos, mas também públicos. [...] Dentre estas entidades existem as organizações complementares ou suplementares à atuação do estado na prestação de serviços; e as que promovem a *advocacy*, a defesa de direitos e construção de novos direitos (mulheres, negros, índios, meio ambiente etc.) (VIOLIN, 2010, p. 298).

A entidade analisada no presente estudo de caso é de benefício público e as suas ações visam prover não apenas educação, mas também saúde e bem-estar para todas as crianças e adolescentes atendidos por ela diariamente.

O terceiro setor tenta mudar essas questões, mesmo com todas as dificuldades e para os beneficiados são propostas várias alternativas de auxílio às pessoas carentes. Contudo, com relação aos que pensam diferente, que não são a favor da atuação do terceiro setor, ainda segue sendo um grande obstáculo, pois essa força, se revertida para o bem, seria de grande ajuda. O terceiro setor em seu início teve características diferentes do que é atualmente, mas com o passar e ao passar por várias experiências acabou se tornando o que temos hoje.

Mesmo sendo um setor diferente da economia, o terceiro setor acaba conversando diariamente tanto com o primeiro quanto com o segundo setor. Assim pode receber auxílio monetário de ambos e em contrapartida acaba suprimindo as necessidades em que esses setores deixam de lado.

Segundo o que foi apresentado, o terceiro setor não faz parte do Estado, é algo separado, mas que se torna necessário, vez que o Estado não é o suficiente para suprir as necessidades da sua população, lhe cabendo a missão de tentar atendê-las.

Levando em consideração as informações que coletamos de vários autores com ideias e pontos de vistas diferentes, podemos concluir que o terceiro setor se faz necessário

para a comunidade como um todo, principalmente para aqueles que estão à margem da sociedade.

3 Metodologia

Optou-se por realizar um estudo de caso em uma associação do terceiro setor na cidade de Lorena/SP, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com uma população de 82.537 pessoas segundo o último censo realizado em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e atualmente com uma estimativa de 89.532 pessoas pelo instituto e pela prefeitura da cidade. Onde será realizada uma análise qualitativa em uma associação, que tem por objetivo em suas atividades, atender crianças e jovens com deficiência.

A pesquisa qualitativa é apresentada pelo autor (GERHARDT, 2009) como a busca por informações genuínas referente a um determinado assunto, conhecida como pesquisa naturalística, faz comparação com o mundo social e natural. Ao realizar uma pesquisa qualitativa é necessário atentar-se a questões como o exagero de explicações em uma tentativa de mostrar conclusão da pesquisa, sendo que os assuntos abordados por uma pesquisa assim, são abrangentes e uma única pesquisa não seria capaz de apresentar uma avaliação completa.

Diante disso, sabe-se que os dados devem ser apresentados, contemplando os processos usados para a obtenção dos resultados alcançados ao fim da pesquisa. Especificando um pouco mais, os autores DESLANDES et al. (2011) apresentam uma fase importante dentro da pesquisa qualitativa, que será a fase exploratória, momento em que o pesquisador precisa atentar-se em definir claramente seus objetivos, quais ferramenta irá usar para colher os dados e as estratégias para que as atividades sejam rápidas e precisas.

Inicialmente, realizou-se um procedimento técnico bibliográfico para constituir o embasamento literário da análise de dados.

Para Menezes et al., estudo de caso (2019, p. 44):

É o tipo de pesquisa cujo procedimento volta-se para um caso específico com o objetivo de conhecer suas causas de modo abrangente e completo. Devido a isso, por muito tempo, alguns estudiosos não viam tal tipo de pesquisa de modo positivo por considerá-la muito generalista, uma vez que, ao estudar um caso em específico, não seria muito confiável definir se este serviria para entender e explicar os demais.

Com o estudo específico de um único caso, temos um foco maior nas necessidades que a instituição está tendo no momento, e o autor Yin (2001, p. 67), complementa dizendo:

O mesmo estudo pode conter mais de um caso único. Quando isso ocorrer, o estudo precisa utilizar um projeto de múltiplos casos, e esses projetos

aumentaram com muita frequência nos últimos anos. Um exemplo comum é o estudo de inovações feitas em uma escola (com salas de aula abertas, assistência extraclasse por parte dos professores ou novas tecnologias) na qual ocorrem inovações independentes em áreas diferentes. Assim, cada área pode ser objeto de um estudo de caso individual, e o estudo como um todo teria utilizado um projeto de múltiplos casos.

Compreendendo de forma mais ampla o que é um estudo de caso, buscou-se de que forma é realizado no terceiro setor, os autores trouxeram as seguintes explicações.

Para Menezes et al. (2019, p. 45):

É o tipo de pesquisa que se caracteriza pela relação entre pesquisadores e sujeitos que buscam resolver, ou entender, um problema determinado por meio de ações diretas. [...] Como essa é uma pesquisa que rompe a fronteira entre a observação distante do pesquisador e os atos dos grupos com os quais ela se vincula para sua realização, muitos estudiosos não a veem com valor científico, criticando especificamente sua pouca “objetividade”.

E complementando essa ideia o autor Yin (2001, p. 71) fala:

Para qualquer aplicação dessa lógica de amostragem aos estudos de caso estaria mal direcionada. Primeiro, os estudos de caso, em geral, não devem ser utilizados para avaliar a incidência dos fenômenos. Segundo um estudo de caso, teria que tratar tanto do fenômeno de interesse quanto de seu contexto, produzindo um grande número de variáveis potencialmente relevantes. Isso acabaria exigindo, sucessivamente, um número inconcebivelmente grande de casos - grande demais para permitir qualquer avaliação estatística das variáveis relevantes. Terceiro, se uma lógica de amostragem tivesse de ser aplicada a todos os tipos de pesquisa, muitos tópicos poderiam não ser empiricamente investigados.

Com a metodologia escolhida, buscou-se por meio de entrevista presencial, anotadas e gravadas, com o funcionário (a) da organização escolhida, por meio de perguntas relacionadas às ações tomadas no dia a dia com os jovens e crianças atendidos pela associação.

Optou-se pelo uso da entrevista semiestruturada, pois é uma maneira bem flexível de conseguir dados pertinentes para a pesquisa, Vieira (2017) diz que a entrevista semiestruturada tem caráter flexível e o roteiro formado tem possibilidades de adaptar-se ao rumo da conversa, podendo abordar mais de um assunto.

A instituição estudada, com nome e identidade preservados, desenvolve trabalho com crianças e jovens com deficiência. O fato de tratar de uma camada da sociedade que está sujeita a sofrer tanto com preconceito, como com as dificuldades mais “simples” como na educação, convívio social ou adaptação no meio social, foi a razão da escolha da organização estudada. Os dados recebidos pelas entrevistas, foram avaliados e serão apresentados a seguir segundo o referencial teórico pesquisado neste artigo.

4 Análise de resultados

Após realizar a entrevista serão apresentadas nos próximos parágrafos as análises das respostas obtidas na entrevista semiestruturada, mediante critérios qualitativos.

Pergunta 01 - Qual o cargo e função que exerce na instituição? Há quanto tempo está na entidade?

Resposta: A entrevistada atua na associação há 10 anos, compete a mesma duas funções de assistente social da associação em estudo e também é coordenadora de alguns programas que a mesma participa.

Nesse viés, o autor Ferreira (2020, p. 5) apresenta: "O trabalho do assistente social sempre foi uma das dimensões discutidas pela profissão, tendo em mente a Política Nacional de Assistência Social na qual permite a sua inserção nos vários espaços ocupacionais". Portanto, cabe ao assistente social atuar em diversas áreas com o objetivo de prestar auxílio a determinadas situações que carecem de uma atenção a mais.

Pergunta 02 - Quantas crianças e adolescentes são atendidos pela instituição diariamente, e qual a faixa de idade delas?

Tabela 1 - Atendimentos feitos pela associação

ATENDIMENTOS PELA ASSOCIAÇÃO				
Recém-nascidos	Crianças	Adolescentes	Adultos	Idosos
Não	Sim	Sim	Sim	Não
TOTAL DE BENEFICIADOS: 270				

Fonte: Autores, dados obtidos na entrevista, 2021.

Resposta: Denota-se que a associação trabalha e atende desde crianças até adultos, inclusive em breve contará com um idoso, tendo em vista que o mais velho atendido pela entidade possui 58 anos.

Pergunta 03 - Como funciona o atendimento para essas crianças e adolescentes?

Resposta: Em relação ao atendimento dessas crianças e adolescentes, é preciso atentar-se às singularidades de cada aluno, pois suas limitações são na maioria muito particulares e por conta disso são necessárias adaptações para melhor atendê-los.

Segundo Crispim e Veronese (2020, p.7): “pessoas com deficiência, por suas especificidades, devem ser respeitadas, acolhidas e atendidas em suas diferenças, além disso, ouvidas em seus anseios e prioridades.”

Paralelamente ao que os autores Crispim e Veronese (2020) apresentaram, a associação em estudo faz divisões importantes para que todos os alunos sejam atendidos igualmente e respeitando o tempo de cada um, sendo assim a parte educacional é realizada com um número limitado de até 10 alunos por sala, para que o professor e um assistente consigam dar o suporte necessário.

A associação também conta com a parte clínica, na qual atende crianças de zero até 6 anos com o intuito de estimular seus processos básicos de desenvolvimento, como a fala e a locomoção. Por fim, também existe o atendimento para autistas, nesse espaço não são impostos limites de idade devido ao grau de desenvolvimento que cada criança terá, logo elas permanecem enquanto for necessário.

Tabela 2 - Tipos de atendimentos prestados

Área da associação	Modelo de utilizado	Atividade realizada
Educação	Salas de aulas normais, no mesmo modelo de uma escola para crianças e adolescentes sem deficiência.	São realizadas atividades individuais, referentes a cada patologia.

Clínica	Ambulatórios para a estimulação das crianças.	Com as crianças de 0 a 6 anos de idade e atendimento para autistas de 0 até que seja necessário.
Atividades da vida e trabalho	Salas de oficina, para os adultos acima dos 30 anos de idade. Trabalhos manuais.	São realizadas atividades com os adultos com idade acima de 30 anos com deficiência intelectual grave que apresentam maior dificuldade de aprendizado.
Atividade de vida diária	Local para atividades do dia a dia.	São realizadas atividades simples do dia a dia, para que possam ter maior confiança e consequentemente alcancem a sua independência.

Fonte: Autores, dados obtidos na entrevista, 2021.

Pergunta 04 - Quantas pessoas com especialização como professores, psicólogos, fisioterapeuta, fonoaudiólogo entre outros são contratadas pela associação?

Resposta: Os profissionais são essenciais para o desenvolvimento das crianças e adolescentes com deficiência, sendo que precisam de cuidados especiais que atendam às necessidades que possuem.

De acordo com Crispim e Veronese (2020), as escolas para crianças com deficiência, carecem de pessoal especializado na área, sendo necessário ter professores, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e também que todo o corpo docente possua conhecimento aprofundado sobre a área, pois trata-se de um ambiente muito delicado de se lidar o que torna necessário contratar pessoas que já tenham experiência.

Durante a entrevista, a assistente social apresentou informações referentes aos tipos de profissionais que atuam na associação. Ela conta com o serviço de 15 professores pós-graduados (é um critério para a contratação), 02 psicólogas, 02 fisioterapeutas, 02 fonoaudiólogas, 01 assistente social, 01 médico neurologista e 01 terapeutas ocupacional. Todos são funcionários fixos, contratados pela associação e são profissionais especializados na área, o que traz grandes resultados.

Tabela 3 - Quadro de profissionais especializados

Profissionais Especializados	Quantidade
Professores	15
Psicólogas	2
Fonoaudiólogos	2
Terapeuta Ocupacional	2

Assistente Social	1
Médico Neurologista	1

Fonte: Autores, dados obtidos na entrevista, 2021.

Pergunta 05 - A associação possui voluntários com alguma especialização como professores, psicólogos, fisioterapeuta, fonoaudiólogo entre outros? Se sim quantos são e quais as principais funções que eles ocupam?

Resposta: A presente associação contava com o auxílio de diversos voluntários na área de saúde, porém atualmente encontra-se apenas com 1 estagiária na área de terapia ocupacional.

Para Andrade (2020, p. 54): “a ação voluntária está ligada aos princípios morais e de valores, pautados na solidariedade, na compaixão, na benemerência e na caridade”. Em resumo, o voluntariado é uma ação que não visa fins lucrativos, são ações que visam proporcionar o bem comum, prestar auxílio para a camada menos privilegiada da sociedade e melhorar a qualidade de vida desses indivíduos.

Pergunta 06 - Fora as pessoas com especialização a associação tem como voluntários pessoas comuns, ou seja, pessoas sem uma especialização, mas que ajudam diariamente em outras áreas da instituição?

Resposta: No momento a associação encontra-se sem voluntários, somente os funcionários contratados estão prestando serviços na mesma. Mas vale ressaltar que anteriormente a realidade atual, inúmeras pessoas se dispunham a prestar serviços voluntários no dia a dia ou nas salas de aula.

Apura-se que a pandemia impactou negativamente na associação, pois impediu a atuação de voluntários.

Ainda em relação ao pensamento de Andrade (2020), a ação voluntária é de grande valia para instituições do terceiro setor, porém, por conta do surgimento do presente cenário pandêmico esses voluntários não puderam seguir prestando auxílio para a associação.

Pergunta 07 - Quais ferramentas são utilizadas no dia a dia com as crianças e adolescentes na instituição, sendo elas pedagógicas ou não?

Resposta: As principais ferramentas usadas pela associação são apostilas, brinquedos lúdicos, figuras e brinquedos pedagógicos. Sendo que, o foco do ensino é proporcionar aos alunos a melhor experiência possível, de acordo com a limitação de cada um, e dessa forma poder desenvolver-se.

Para os autores Crispim e Veronese (2020, p. 106):

O esporte, além de ser um importante vetor para a prática de exercício pelas pessoas com deficiência, também é considerado uma ferramenta de inclusão social e de independência, principalmente quando falamos de crianças com deficiência, pois através do esporte ela irá desenvolver formas de vencer barreiras, sentir o drama das derrotas e, acima de tudo, acreditar em seu potencial.

Como apresentado por Crispim e Veronese (2020), o esporte é fundamental para o desenvolvimento físico e intelectual das crianças, com isso ressalta-se a importância da atividade física na vida do ser humano. Nesse viés, de acordo com a entrevista realizada, a entrevistada relatou que a associação usa diversas formas para o desenvolvimento das crianças que vão desde mais simples como esportes até os brinquedos lúdicos propriamente adaptados para os alunos. Essas ferramentas impactam no desenvolvimento das crianças e adolescentes, portanto é de suma importância que sejam usados diariamente.

Seguem abaixo exemplos dessas ferramentas de aprendizado: uma apostila (fig.1) e dois modelos de brinquedos pedagógicos (figuras 2 e 3) utilizados para a alfabetização dessas crianças e adolescentes.

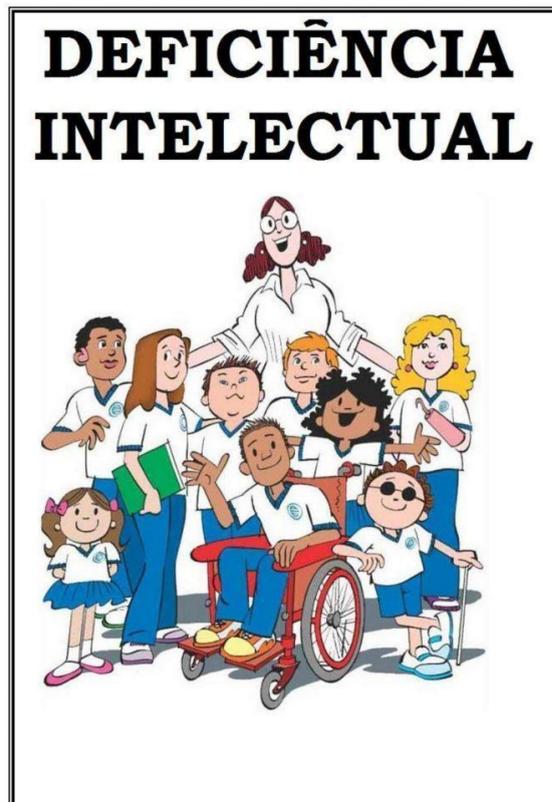


Figura 1 - Apostila didática para crianças com deficiência visual
Fonte: soescola.com



Figura 2 - Brinquedo educativo
Fonte: Yes Certificações



Figura 3 - Formando Palavras, jogo para alfabetização
Fonte: loiô de pano

Pergunta 08 - As crianças e adolescentes que frequentam diariamente a associação. Qual o maior impacto na vida desses futuros homens e mulheres e os principais benefícios no que se refere a qualidade de vida?

Resposta: a entrevistada relata que “o principal impacto na vida dessas crianças e adolescentes é a autonomia, que é a coisa mais importante e o bem-estar, que é o objetivo ensinar a ele essa autonomia, mostrando que ele é capaz”.

Para os autores Crispim e Veronese (2020, p. 103):

A inclusão social das crianças com deficiência permite sua preparação para participação de decisões que lhes dirão respeito enquanto cidadão, ou seja, a inclusão as capacidades para “que tenha falas próprias e não mais sejam ouvidos através dos chamados normais, como se dependessem sempre de guarda e caridade alheia”, já que o próprio sujeito que sabe de suas necessidades e saber os caminhos para supri-las é uma questão de autonomia.

No sentido da literatura de Crispim e Veronese (2020), verifica-se que a inclusão de jovens e crianças é a melhor forma de torná-los mais autônomos, dando a eles a capacidade e o direito de tomarem as suas próprias decisões.

Pergunta 09 - As famílias dessas crianças e adolescentes contribuem de que forma para a associação?

Resposta: Segundo a entrevistada, a aceitação da família ainda é uma das maiores dificuldades encontradas, muitos acreditam que é obrigação da associação cuidar e educar essas crianças e adolescentes, que ficam por volta de quatro horas diárias nas instalações da associação.

Prossegue a entrevistada: “mas com todas as dificuldades, os pais vêm melhorando nessa relação, eles acabam observando a evolução que o seu filho (a) tem diariamente e compreende que não é apenas obrigação da associação o cuidado e educação, mas sim deles também que acabam ficando muito mais tempo com eles”.

Sobre essa dificuldade apresentada pela família, lecionam Crispim e Veronese (2020, p. 136):

A existência de uma criança com deficiência pode afetar cada membro do núcleo familiar de forma distinta e com reações diferentes, sejam elas de aceitação ou negação da realidade. Esse comportamento poderá refletir sobremaneira em como a criança convive na sociedade e na escola, sendo também importantes para o alcance ou não da independência e autonomia dessa criança, já que a falta de incentivo e apoio familiar pode ocasionar reações de medo, incertezas e insegurança no enfrentamento de situações adversas, conduzindo ao isolamento da pessoa.

Pergunta 10 - Sendo uma instituição de terceiro setor, qual a maior dificuldade enfrentada diariamente?

Resposta: A entrevistada nos explica que a maior dificuldade enfrentada pela associação é a captação de recursos, ela fala que “a maior dificuldade é a financeira, por que dependemos de ajuda e eventos. Pelo motivo que muitos acreditam que apenas a prefeitura precisa ajudar, mas na verdade enquanto instituição estamos ali ajudando a população as pessoas do município, alguns se conscientizam e nos ajudam”.

Os autores Cruz e Estraviz (2003, p. 18) dispõe que:

É necessário que o trabalho da entidade seja feito com a participação e apoio da sociedade, que a comunidade se alie a esse trabalho, que o conselho da entidade seja atuante, que os funcionários comentem com as pessoas o orgulho que tem em participar dessa causa. Tudo isso vai estar espelhado em indicadores como, por exemplo, o número de doadores (independentemente do valor doado) e o número de voluntários (independente das horas e ações trabalhadas).

Com isso, observa-se que a ajuda da sociedade em si é a melhor ajuda que uma associação poderia ter, não apenas ficar dependendo de empresa ou do próprio Estado para realizar as suas ações.

Portanto, na visão de Cruz e Estraviz (2003), mais importante do que as técnicas de captação de recursos materiais e financeiros a serem utilizadas pelas organizações, a causa social por elas defendida precisa ser a referência principal na atuação diária de todas as pessoas direta ou indiretamente relacionadas à entidade.

Também é necessário atender a alguns requisitos internos e externos à organização, conforme assinalado por Cruz e Estraviz (2003, p.17):

Requisitos internos: 1. Missão e causa, 2. A casa tem de estar em ordem: boa gestão da organização e dos recursos doados, 3. Toda organização deve estar envolvida com a captação, mas é importante ter um responsável por ela, 4. Sustentabilidade.

Requisitos externos 1. Transparência é fundamental, 2. A comunicação com a comunidade faz parte da defesa da causa, 3. Parcerias com compatibilidade de interesse.

Pergunta 11 - Como ocorre a captação de recursos para a manutenção das crianças e adolescentes? Qual a principal fonte de renda da associação, pois ela não possui uma forma de gerar renda por si só, qual é a forma utilizada para a captação dos recursos?

Tabela 4 - Forma de captação de recursos da instituição

Formas de captação de recursos	Frequência
Telemarketing	Habitual
Prefeitura/Parcerias	Esporádicos
Eventos	Esporádicos

Fonte: Autores, dados obtidos na entrevista, 2021.

Resposta: A entrevistada nos explica que a captação é por meio do telemarketing da associação por convênios com a prefeitura e por eventos realizados no local.

E Monteagudo (2018, p. 169), explica que:

A realização das suas atividades está atrelada a presidentes e voluntários, mas precisam de doações, almoços beneficentes, convênios, parcerias, do capital do Estado e das empresas etc. A não resolução da questão da sustentabilidade pode redundar na desistência e fechamento das entidades, e muitos idealizadores desistem pela falta de apoio financeiro.

Podemos observar que a associação estudada está em sintonia com o que Monteagudo fala e que as melhores formas de captação são o convênio com a prefeitura, doações da sociedade e eventos.

Contudo, também se observa que possui uma forma reduzida de captar recursos diante dos elevados custos para sua manutenção. Portanto, vislumbra-se a necessidade de ampliação das formas de captação de recursos para uma regular sustentabilidade.

Pergunta 12 - A associação possui alguma parceria, com órgãos privados, que de alguma forma os ajudam não apenas financeiramente?

Resposta: A associação estudada em questão tem convênios com a prefeitura, principalmente na área escolar e na inclusão de crianças e jovens na sociedade.

Segundo Monteagudo (2018, p. 426):

É indispensável a presença dos dois setores, governo e empresas para a captação dos recursos financeiros, pois nenhuma ação social pode desenvolver o bastante sem uma base financeira. No terceiro setor a solução encontrada foi buscar, com as empresas e/ou com o governo, através de convênios e/ou parcerias suprir estas necessidades.

Para atingir os seus objetivos e na busca pela sustentabilidade, a entidade estudada celebra parcerias como requisito de boa gestão e equilíbrio financeiro, nos termos dos dizeres de Albuquerque (2006).

Pergunta 13 - Como uma instituição do terceiro setor, a sua atividade tem um grande impacto tanto para os que são atendidos quanto para a sociedade que presencia essa mudança. Qual a maior mudança você acaba presenciando diariamente na sociedade?

Resposta: “Uma das maiores mudanças foi durante a pandemia que achávamos que muitos dos pais não iriam ajudar o seu filho (a) na atividade, mas tivemos uma grande surpresa que a maioria sempre estava disposta e ao lado do seu filho (a). Com isso eles puderam presenciar melhor as atividades da associação e presenciaram a evolução do seu filho (a) no dia a dia”.

Verifica-se uma maior interação dos pais com o seu filho o que demonstra um maior comprometimento, auxiliando na inclusão social e demonstrando a credibilidade da associação pesquisada.



Figura 4 - Fluxograma de interação da associação com pacientes, família e sociedade.

Fonte: Autores, 2021.

Pergunta 14 - Para você o preconceito ainda é uma dificuldade enfrentada pela associação?

Resposta: A entrevista nos explica que o preconceito ainda é uma barreira enfrentada não apenas pela associação, mas também pela sociedade, pelo motivo que muitos ainda têm medo de ter alguma relação com essas crianças e adolescentes, por acharem que são pessoas violentas e agressivas, mas o que acontece é totalmente o contrário, muitos deles são carinhosos e amorosos, sim tem alguns que são agressivos, mas geralmente são aqueles que tiveram alguma experiência negativa, tirando esses poucos casos, são homens e mulheres que estão na busca da sua autonomia.

Esse preconceito é uma grande barreira que dificulta a convivência das pessoas portadoras de deficiência com o restante da sociedade e que urge ser superada, vez que segundo dados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, quase $\frac{1}{4}$ da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência, até aquele ano essa parcela da população correspondia a 45,6 milhões de pessoas, conforme ilustrado nos gráficos 1 e 2, abaixo:

Gráfico 1 - Número de pessoas com deficiências no Brasil (2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Gráfico 2 - Porcentagem da população por tipo e grau de dificuldade e deficiência (Brasil - 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

O último censo realizado de toda a população do Brasil foi realizado em 2010, os dados estão desatualizados, mas podem servir de exemplo para a análise deste trabalho.

Pergunta 15 - Como a associação busca os direitos dessas crianças e adolescentes?

Resposta: A entrevistada fala que “é uma luta diária com a sociedade para mostrarmos como é o dia a dia e o trabalho da associação, sendo assim diminuindo a distância entre a sociedade com as crianças e adolescentes”.

Assim nos explica Palácio (2019, p. 902) que:

A legislação menciona que a educação é um direito de todos e precisa ser norteada em seu sentido de ampla promoção e da consolidação da personalidade; respeitando-se os direitos e liberdade dos indivíduos, início para a construção de uma verdadeira democracia em respeito à cidadania. Ao se tratar da Educação Inclusiva, consequentemente estamos lidando com a educação de todos as crianças dentro da escola, sem preconceitos ou distinção por suas dificuldades; isto significa educar para a inclusão: não encarando as diferenças como problemas e sim como algo enriquecedor de se conviver; cada um do seu jeito e aprendendo do seu modo, mas sendo respeitando e tendo oportunidades iguais de evoluir na aprendizagem. Lidar com a diversidade de maneira natural e desprovida de preconceitos; pois na diversidade encontramos a variedade e vivenciamos uma realidade social que deve contribuir a uma amplitude de boa convivência e de novas oportunidades para todos.

Evidencia-se que a entidade estudada, trata-se de uma entidade do Terceiro Setor de benefício público, haja vista que possui fins comunitários, de solidariedade social, de cunho social e sobretudo de interesse público, no sentido da literatura de Violin (2010).

Tabela 5 - Características das entidades de Terceiro Setor

Entidades do Terceiro Setor:	Benefício mútuo	Benefício público
Características:	Autoajuda	Fins comunitários
	Cunho associativo	Cunho social
	Natureza endógena	Natureza exógena
	Interesse coletivo	Interesse público

Fonte: Autores, 2021.

Esta instituição (associação), ao diminuir a distância entre a sociedade e crianças/adolescentes está, de forma clara, alcançando o público em geral beneficiando a sociedade como um todo.

5 Considerações finais

O presente estudo buscou analisar as contribuições que o Terceiro Setor proporciona no processo de desenvolvimento de jovens e crianças deficientes da cidade de Lorena/SP.

Por meio de uma abordagem qualitativa, um estudo bibliográfico e ainda, um estudo de caso, apurou-se a estrutura de captação de recursos para manutenção das crianças e adolescentes, os benefícios que o Terceiro Setor gera na qualidade de vida das crianças e adolescentes deficientes e, ainda, as ferramentas utilizadas pelas instituições estudadas.

Constatou-se que a maior dificuldade enfrentada pela associação é a captação de recursos, ou seja, a questão financeira. Somente o telemarketing e convênios esporádicos com a Prefeitura, não são suficientes para um equilíbrio financeiro da entidade. Restou conclusivo que a instituição possui uma forma reduzida de captar recursos diante dos elevados custos para sua manutenção.

Foi possível aferir que, com profissionais especializados e observando a singularidade de cada aluno, a entidade do Terceiro Setor contribuiu com uma significativa melhora na qualidade de vida dos alunos. O material apropriado trabalhado de forma específica com cada um, aliado à dedicação das famílias, também são fatores essenciais para a qualidade de vida dos alunos.

Averiguou-se ainda que a pandemia do novo Coronavírus dificultou as atividades da entidade, pois impediu os trabalhos voluntários que auxiliam no cumprimento de suas finalidades.

Portanto, o objetivo deste trabalho foi alcançado, pois observou-se que o terceiro setor é capaz de proporcionar diversos benefícios para crianças e jovens, que em sua maioria não conseguiria ter acesso à profissionais para auxiliar em seu desenvolvimento,

visto que seria um gasto muito alto para a família que não disponibiliza de condições financeiras para tal.

Por fim, ressalta-se que o trabalho traz uma pequena amostragem, sendo necessário ampliar a pesquisa, onde as informações deste artigo podem servir de referência para estudos futuros, relacionados ao tema.

Deste modo, como sugestão de uma nova pesquisa, propõe-se realizar um estudo múltiplo de caso, com mais de uma associação, podendo assim mostrar outros métodos utilizados por outras entidades, gerando, portanto, um trabalho para se tornar base para demais.

Referências

ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor**. História e Gestão de Organizações. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

ANDRADE, Renato; VELOSO, Renato (coord.). **Serviço Social, Gestão e Terceiro Setor**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Apostila deficiência intelectual com Atividades. **Só escola**, 18 maio 2020. Disponível em : <https://www.soescola.com/2020/05/apostila-deficiencia-intelectual-com-atividades.html>. Acesso em: 02 nov. 2021.

BORGES, Jacqueline, et al. O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma "nova" Filantropia?. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, 2007, p. 15. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol47-num4-2007/discurso-fundacoes-corporativas-caminhos-nova-filantropia>. Acesso em: 22 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil**. Biblioteca IBGE. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101647.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil – população**. Pessoas com deficiência. IBGE educa, 2016. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 24 mai. 2021.

Certificação de brinquedos educativos: por que é tão importante? Yes Certificações, 18 out. 2021. Disponível em: <https://yescert.com.br/certificacao-de-brinquedos-educativos-por-que-e-tao-importante/>. Acesso em: 02 nov. 2021.

CRISPIM, Carlos Alberto; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças com deficiência: a inclusão como direito**. 1. ed. Erechim/RS: Deviant, 2020.

CRUZ, Célia Meirelles; ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. São Paulo: Global, 2003.

GERHARDT, Tatiana Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo; Universidade Federal do Rio

- Grande do Sul (coord.). **Método de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- LOSCHPE, Gustavo. **A Ignorância Custa um Mundo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- LUCHESE, Hector. **Terceiro Setor e Compliance**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. 117 f. (Bacharelado em Direito) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2020.
- MENEZES, Afonso Henrique Novaes et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina/PE, Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira et.al. **Pesquisa Social Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- MONTEAGUDO, Rosalvi. **Administração e Contabilização/Accountability para o Terceiro Setor**. São Paulo: Scortecci Editora, 2018.
- PALÁCIO, Marcos. **Os parâmetros da educação inclusiva face aos desafios da contemporaneidade**. 1. ed. Votuporanga/SP: Editora FATEC, 2019.
- SCHIMIGUEL, Juliano, et al. O terceiro setor como forma de implementar a inclusão social de jovens e adultos com deficiência. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, mayo de 2013, [online]. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/24/terceiro-setor-inclusao-social.html>. Acesso em: 26 mai. 2021.
- SOUZA, Dalmir Pacheco de. **Políticas Públicas e a visibilidade da pessoa com deficiência: Estudo de caso do Projeto Curupira**. 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2014. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4131/2/Tese%20-%20Dalmir%20Pacheco%20de%20Souza.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: Criação de ONGs e estratégias de atuação**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- SÃO PAULO. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Manual básico: repasses públicos ao terceiro setor**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.
- YIN, Roberto K; GRASSI, Daniel (trad.). **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed., Porto Alegre/RS: Bookman, 2015.
- VIOLIN, Tarso Cabral. **Terceiro setor e as parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica**. 2. ed. Belo Horizonte/MG: Fórum, 2010.

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista

1. Qual o cargo e função que exerce na instituição? Há quanto tempo está na entidade?
2. Quantas crianças e adolescentes são atendidos pela instituição diariamente, e a qual a faixa de idade delas?
3. Como funciona o atendimento para essas crianças e adolescentes?
4. Quantas pessoas com especialização como professores, psicólogos, fisioterapeuta, fonoaudiólogo entre outros são contratadas pela associação?
5. A associação possui voluntários com alguma especialização como professores, psicólogos, fisioterapeuta, fonoaudiólogo entre outros? Se sim, quantos são e quais as principais funções que eles ocupam?
6. Fora as pessoas com especialização a associação tem como voluntário pessoas comuns, ou seja, pessoas sem uma especialização, mas que ajudam diariamente em outras áreas da instituição?
7. Quais ferramentas são utilizadas no dia a dia com as crianças e adolescentes na instituição, sendo elas pedagógicas ou não?
8. As crianças e adolescentes que frequentam diariamente a associação, qual o maior impacto na vida desses futuros homens e mulheres e os principais benefícios no que se refere a qualidade de vida?
9. As famílias dessas crianças e adolescentes contribuem de que forma para a associação?
10. Sendo uma instituição do terceiro setor, qual a maior dificuldade enfrentada diariamente?
11. Como ocorre a captação de recursos para a manutenção das crianças e adolescentes? Qual a principal a fonte de renda da associação, pois ela não possui uma forma de gerar renda por si só, qual é a forma utilizada para a captação dos recursos?
12. A associação possui alguma parceria, com órgãos privados, que de alguma forma os ajudam não apenas financeiramente?
13. Como uma instituição do terceiro setor, a sua atividade tem um grande impacto tanto para os que são atendidos quanto para a sociedade que presencia essa mudança. Qual a maior mudança você acaba presenciando diariamente na sociedade?

14. Para você o preconceito ainda é uma dificuldade enfrentada pela associação?
15. Como a associação busca os direitos dessas crianças e adolescentes?

ANEXO A – Termo de consentimento livre e esclarecido

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa “**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE ADEQUAÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE LORENA-SP: UM ESTUDO DE CASO**”, desenvolvida por ANDRESSA SILVA LEAL, RG nº 57.206.015-X e PAULO JOSÉ ESPÍNDOLA, RG nº 48.640.711-1, sendo orientado e supervisionado pelo Professor Me. LÚCIO JOSÉ RANGEL, RG 33103653.

Nesta pesquisa, pretendemos analisar as contribuições que o Terceiro Setor proporciona durante o processo de desenvolvimento de jovens e crianças deficientes da cidade de Lorena/SP, a partir da entidade em que o (a) Sr. (a) atua.

Para esta pesquisa, adotaremos os seguintes procedimentos: uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório com procedimento técnico de estudo de caso.

Para participar deste estudo o (a) Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para se recusar a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com os pesquisadores responsáveis por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, e a outra será fornecida ao senhor (a).

Prof. Me. LÚCIO JOSÉ RANGEL
RG 33103653
(12) 99778 7453
lucio.rangel@fcn.edu.br

ANDRESSA SILVA LEAL

PAULO JOSÉ ESPÍNDOLA

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____, RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**O PAPEL DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE ADEQUAÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA DA CIDADE DE LORENA-SP: UM ESTUDO DE CASO**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Lorena/SP, _____ de _____ de 2021.

Assinatura do (a) Participante